

DIEESE

Balanco das negociações dos reajustes salariais de 2013

Este trabalho traz o balanço dos resultados das negociações dos reajustes salariais de 2013. Foram analisadas 671 unidades de negociações da Indústria, do Comércio e dos Serviços de todo o país. Cerca de 87% das negociações pesquisadas e examinadas conquistaram reajustes com aumento real de salários.

<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2013/estPesq71BalancoReajustes2013.pdf>

Página do Ministério Público Federal

MPF envia ao STJ parecer sobre atualização das contas vinculadas ao FGTS

Em manifestação, subprocurador-geral da República opina pela atualização dos saldos de FGTS com base no índice oficial de inflação ou, alternativamente, pela modificação dos critérios que servem de substrato ao cálculo da TR, para sanar as distorções que a tornam incompatível com a finalidade da lei protetiva

O Ministério Público Federal (MPF) enviou parecer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para opinar pela atualização das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assegurada pela lei atual, a partir de índice adequado, que possa recompor as efetivas perdas inflacionárias, dais quais se tem distanciado, reiteradamente e de forma confiscatória, a Taxa Referencial (TR). A peça processual foi assinada pelo subprocurador-geral da República Wagner Mathias no Recurso Especial (REsp) 1.381.683.

Segundo o MPF, como alternativa jurídica à aplicação, pelo Judiciário, dos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, deve ser apreciada a possibilidade de alteração da fórmula de cálculo utilizada para a apuração da TR, a fim de que sejam corrigidas as distorções que a tornam incompatível com a finalidade da proteção jurídica conferida.

O parecer ressalta que a atualização monetária é instrumento de preservação do valor real de um bem, submetido à deterioração ou perda de substância por efeito do fato econômico genérico a que se dá o nome de inflação, conforme assentado, pelo Supremo Tribunal Federal, ao avaliar a correção aplicável aos precatórios.

“É evidente que o reajuste deve corresponder ao preciso índice de desvalorização da moeda, apurado em certo período, recaindo, em sua integralidade, sobre a expressão financeira do instituto jurídico protegido pela cláusula normativa de permanente atualização monetária. Medida a inflação num dado lapso temporal, o percentual de defasagem ou de efetiva perda de poder aquisitivo da moeda deverá servir de critério matemático para a necessária preservação do valor real do bem ou direito protegido”, explica.

O MPF esclarece que a Taxa Referencial, ao contrário, resulta de complexas e sucessivas fórmulas estabelecidas pelo órgão regulador, sob a influência de variados fatores econômicos, que não têm qualquer relação com o valor de troca da moeda, mas, apenas, com o custo de sua captação.

Entenda o trâmite – O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo de Pernambuco e Paraíba (Sindipetro – PE/PB) interpôs recurso especial contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que manteve a indexação das contas vinculadas ao FGTS pela TR, impedindo a incidência de outros índices, como o IPCA.

O relator do recurso no STJ, ministro Benedito Gonçalves, enquadrando a iniciativa na sistemática dos recursos repetitivos, ou seja, quando há controvérsias idênticas que precisam ter uma interpretação uniforme. Para isso, o magistrado determinou a suspensão de todas as ações e os recursos existentes sobre a matéria até a resolução da demanda, a fim de evitar insegurança jurídica.

De acordo com o subprocurador-geral, o sobrestamento de todas as ações, não somente dos recursos, ultrapassa os limites permitidos no ordenamento jurídico, invadindo as diretrizes democráticas de independência e livre convicção do juiz. “Convém destacar que a referida regulamentação constitui exceção ao sistema recursal ordinário, não admitindo, pois, interpretação ampliativa. Assim, afigura-se inadequado, nos limites dos parâmetros legais e constitucionais de regência, o sobrestamento de todas as ações que versam sobre a atualização das contas vinculadas ao FGTS, inclusive as que ainda tramitam em primeira instância”, observa.

Confira aqui a íntegra do parecer.

http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/REsp%201381683.pdf

Secretaria de Comunicação Social

Procuradoria Geral da República

(61) 3105-6404/6408

Portal da CUT

Coletivo da CUT manterá atuação pela mudança na Lei da Aposentadoria Especial

02/04/2014

Lei não garante uso pleno do benefício; Para Coordenação do Coletivo de Trabalhadores com Deficiência da CUT, aprovação do BPC Trabalho também é pauta importante

Escrito por: CUT Nacional

A Coordenação do Coletivo Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da CUT com deficiência, composta por 9 representantes das CUTs estaduais, decidiu pela continuidade dos trabalhos do coletivo junto ao Governo Federal visando a modificação da Lei Complementar 142/2013, que dispõe sobre aposentadoria especial para pessoas com deficiência. Da forma como foi aprovada, a Lei não permitirá que trabalhadores e trabalhadoras com deficiência possam usufruir plenamente deste benefício.

Na reunião realizada em São Paulo, nos dias 28 e 29 de março, também foram discutidos a avaliação e o planejamento das ações do coletivo nacional; a participação do coletivo na Câmara Técnica que discute a criação do BPC trabalho e um balanço da participação da CUT no CONADE.

BPC Trabalho

O BPC é um benefício garantido pela Constituição Federal que visa garantir condições mínimas de vida digna a idosos e pessoas com deficiência. O BPC Trabalho altera o artigo 21-A da Lei 8742/93, e mantém este benefício às pessoas deficientes que entram para o mercado de trabalho, permitindo que quem receba este benefício o mantenha junto com o salário. O projeto pretende ser uma forma real para a inclusão do trabalhador e da trabalhadora deficiente no mercado de trabalho.

Extensão do Coletivo

Na discussão sobre a ação e planejamento do Coletivo Nacional, foi constatada a importância de promover a criação de mais coletivos estaduais nas CUTs e em sindicatos por todo o país. Além das ações junto às diretorias executivas das CUTs e das participações nas plenárias estaduais, o Coletivo optou por fazer as próximas reuniões ordinárias em diferentes estados. A primeira, em agosto, será no Distrito Federal, e a segunda, em novembro, será em Pernambuco.

O Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, saiu satisfeito com a reunião e disse que a "perseverança em garantir o coletivo nacional e a disponibilidade dos companheiros e companheiras é que garantiu todo o sucesso desta discussão". Já os coordenadores nacionais, Valter Luiz, de São Paulo, e Anaildes Campos Sena, da Bahia, ressaltaram que sem o apoio da CUT Nacional estas discussões não ocorreriam e é de extrema importância manter a interlocução e o apoio entre o coletivo nacional e a direção.

Portal da CUT

Fórum Nacional da Contraf retoma plano de ação contra o PL 4330 da terceirização

03/04/2014

Em reunião, ainda foi discutida a presença em seminários e a importância de pautar o assunto nas eleições gerais de 2014

Escrito por: Contraf - CUT

Aconteceu nesta quarta-feira (2), na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, a primeira reunião em 2014 do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. O encontro serviu para atualizar informações e iniciar as discussões para retomar o plano de ação, principalmente no enfrentamento do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), que permite a terceirização em todas as áreas.

O Fórum é integrado por diversas entidades, como Dieese, CUT, Contraf-CUT, Anamatra, ANPT, Abet, Alal, acadêmicos do Cesit/Unicamp, entidades de diversas centrais sindicais, intelectuais e pesquisadores do trabalho, entre outros.

Trata-se de um espaço de organização e mobilização, construído em 2013, que foi fundamental para barrar a votação do PL 4330 na Câmara dos Deputados, bem como a tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 87, do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que também precariza as relações trabalhistas e enfraquece a organização sindical.

Com a força da mobilização, o movimento conseguiu evitar a aprovação do PL 4330 na Câmara em 2013 e construir um acordo para postergar a apreciação do projeto somente após as eleições de 2014.

"O fato é que o PL 4330 está na fila das matérias a serem apreciadas pelo Plenário da Câmara. E nos chegam informações da intenção de alguns deputados de colocá-lo em votação no apagar das luzes dessa legislatura para não deixá-lo aos novos parlamentares que tomarão posse

em janeiro de 2015", afirma Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT.

"Nós também temos que ficar alertas com o PLS 87 no Senado, porque a estratégia dos empresários mudou, diante da pressão que conseguimos fazer na Câmara ano passado. Como no Senado se renova apenas 1/3 da Casa, os senadores podem se sentir mais à vontade para aprovarem, até mesmo por desconhecimento dos efeitos da aprovação da matéria, que é idêntica ao PL 4330 da Câmara", aponta Miguel.

Manter a mobilização

Segundo o diretor da Contraf-CUT, os empresários querem confundir a sociedade, com argumentos inverídicos que começam a aparecer em peças publicitárias, como a patrocinada pela Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (FEBRAC), dizendo que, se o PL 4330 não for aprovado, significará a demissão de cerca de 12 milhões de trabalhadores.

"É a velha tática de esparramar o terrorismo para justificar as intenções maléficas que estão por trás, que é a implantação da total precarização das relações do trabalho no Brasil, tornando nulos os efeitos dos acordos e convenções coletivas, desconfigurando as categorias profissionais organizadas e todo o mercado formal de trabalho e obviamente aumentando o lucro das empresas e a consequente concentração da riqueza do país. Com isso, todos os ganhos econômicos da última década da classe trabalhadora no Brasil serão jogados por terra", destaca Miguel.

Atividades

Foi definida uma série de atividades, como participar em seminários e debates e pautar a terceirização nas atividades do dia 28 de abril em memória das vítimas de acidentes de trabalho. Em São Paulo, será realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa.

Também foi debatida a conjuntura atual, onde se destaca a realização da Copa do Mundo. A ideia é aproveitar o evento, fazendo com que os trabalhadores deem o seu recado, torcendo pela vitória do Brasil, mas reafirmando os seus direitos, utilizando slogans em banners e camisetas como "Terceirizar é bola fora" e "Terceirizar é gol contra".

Ainda foi discutida a importância de pautar o assunto nas eleições gerais de 2014. Nova reunião do Fórum será agendada para definir novos encaminhamentos.

Portal da CTB

Metroviários de São Paulo rejeitam nas urnas filiação do sindicato à Conlutas

Em um plebiscito realizado em todas as áreas do metrô de São Paulo, entre os dias 26 de março e 02 de abril, a maioria dos metroviários (66%) rejeitou a filiação do Sindicato à Conlutas. A apuração foi iniciada na noite da quarta-feira (02), na quadra do Sindicato (Tatuapé).

Do total de votantes 3.105 optaram pela não filiação (66,29% dos votos), 1.487 votaram pela filiação à Conlutas (31,75%), 63 metroviários anularam seu voto (1,35%) e 24 votaram em branco (0,51%).

O resultado mostra que os metroviários entenderam que a política de isolamento e a prepotência do PSTU/Conlutas pode levar esta combativa categoria à bancarrota.

É pública e notória, a campanha que eles sempre fizeram contra as centrais sindicais e os partidos políticos, com o objetivo de desqualificar estas instituições.

Em 2010, quando assumiram a direção, lançando mão de sua arrogância e totalitarismo, a primeira ação foi retirar dos materiais impressos do sindicato o logotipo da CTB, que legitimamente num plebiscito, precedido de amplo debate em congresso e na categoria, aprovou a filiação do sindicato.

Portanto, os metroviários devem ficar atentos às ações e participar de todas as atividades da campanha salarial para mostrar que agora temos sim o "Sindicato nas mãos de (todos) metroviários".

Por Salaciel Vilela (Buiu) - delegado sindical, vice-presidente da CIPA Manutenção e membro do Núcleo dos Metroviários da CTB e Onofre Gonçalves - presidente da CTB-SP

Portal da Força Sindical

Trabalhadores da construção pesada de Enseada Paraguaçu entram em greve

Os trabalhadores da Enseada do Paraguaçu (EEP) entraram em greve por tempo indeterminado no dia 2 em assembleia realizada pelo Sintepav Bahia devido a diversas reivindicações. A greve que teve início na 3ª Conferência Regional da ICM, realizada do dia 31 a 02 de abril no Hotel Pestana em Salvador contou com o apoio de diversos representantes de sindicatos internacionais.

Durante o encontro, foram exibidas imagens da realização da greve dos trabalhadores. O Secretário de Educação da ICM, Tos Añonuevo compartilhou as imagens da greve em seu facebook e declarou seu apoio a luta dos trabalhadores. "Hoje, nossos membros em São Roque do Paraguaçu

(Salvador Bahia Brasil) entraram em greve devido ao impasse na negociação. Trabalhadores na luta”, escreveu.

Para o presidente do Sintepav Bahia, o apoio internacional é de extrema importância para o fortalecimento dos trabalhadores e a ICM tem contribuído significativamente com a organização dos sindicatos em escala global.

Portal da UGT

Câmara aprova jornada de seis horas para garis

03/04/2014

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter conclusivo, proposta que estabelece carga de trabalho de seis horas diárias e 36 semanais para garis e motoristas de veículos coletores de lixo. A medida está prevista no Projeto de Lei 1590/11, do deputado Roberto Santiago (PV-SP), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43).

A proposta segue para o Senado, caso não haja recurso para a votação em Plenário.

Atualmente, esses trabalhadores possuem jornada de até oito horas diárias. Segundo o autor, a jornada especial é necessária em razão das condições adversas de trabalho.

O parecer do relator, deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR), foi favorável ao projeto e ao substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O substitutivo alterou a denominação do projeto original “coletor de lixo” para “gari”, com o intuito de garantir uma jornada de trabalho de seis horas diárias também a varredores, capinadores e roçadores, que também são responsáveis pela limpeza e manutenção das vias e espaços públicos das cidades.

Fonte: Câmara dos Deputados

Portal Mundo Sindical

Na Bahia, falta de infraestrutura em fim de linha revolta rodoviários

O sindicato dos rodoviários denunciaram, nesta terça-feira, 1º, irregularidades no fim de linha do bairro de Nordeste de Amaralina. A comissão itinerante do sindicato detectou lixo espalhado nas ruas, falta de infraestrutura para os profissionais e desorganização no trânsito da região.

A principal queixa dos rodoviários é a falta de banheiros no final de linha, e segundo o sindicato, os trabalhadores precisam desembolsar R\$ 2 se quiserem utilizar o sanitário de um bar que fica nas proximidades. Além da falta de área voltada para o estacionamento dos veículos.

Em nota enviada à imprensa o sindicato alega que está agendando uma nova reunião com o secretário de Urbanismo e Transporte (Semut) para discutir as melhorias, mas segundo assessoria da Semut, até sexta-feira, 4, não há nenhuma reunião marcada com o sindicato.

A Transalvador informou que já está em licitação a instalação de módulos de conforto para os rodoviários em todos os terminais da capital. Uma operação de reorganização do trânsito no fim de linha do Nordeste de Amaralina está em curso e poderá ser implantada em dez dias.

A Limpurb disse que a coleta no local é diária e inicia às 9h. Ainda segundo a empresa o lixo acumulado não é doméstico e foi gerado pelos próprios comerciantes. O órgão informou também que nesta terça foi realizado mutirão e a situação foi normalizada. A Limpurb vai programar campanha educativa, com finalidade de orientar a comunidade sobre dias de coleta, horário, manuseio e destino final dos resíduos.

Fonte: A Tarde - 03/04/2014

Portal Mundo Sindical

Jornalistas dos Correios têm redução da jornada de trabalho

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) conseguiu na Justiça a redução da jornada de trabalho para os trabalhadores dos Correios (Analista de Correios - especialidade técnica em Comunicação Social – Jornalismo). Eles cumpriam 44 horas semanais, como todos os outros funcionários da empresa, e desde a última terça-feira (1) passaram a trabalhar 5 horas por dia, de segunda à sexta, totalizando 25 horas semanais, uma vez que não há expediente aos sábados.

Os Correios ainda tentam recorrer da decisão e a questão será definida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), em Brasília. No entanto, no último dia 27, a empresa publicou uma circular anunciando que irá cumprir a decisão do TRT (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) imediatamente.

O SJSP ainda aguarda os desdobramentos do processo, já que os profissionais precisam receber os pagamentos sobre as horas extras acumuladas devido ao trabalho em jornada superior ao limite legal da categoria (5 horas), mas comemora os efeitos da ação movida pela entidade, que garante aos jornalistas melhores condições de trabalho com a adequação da jornada legal.

Michele Barros, jornalista da área de comunicação interna da diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, se disse muito contente e confiante com a decisão. "Lutamos pela adequação da jornada desde 2011, quando entrei na empresa. Para nós é uma grande vitória. É um processo que ainda não acabou, porque ainda precisamos receber as horas acumuladas, mas é um direito nosso e as empresas têm por obrigação cumprir o que determina a lei. E o Sindicato foi bem importante para todos nós nesse tempo. Estamos juntos, jornalistas e entidade lado a lado acompanhando esse processo, porque é uma luta conjunta."

Fonte: O Jornalista - 03/04/2014

Portal Mundo Sindical

Greve dos técnicos administrativos da UFS continua

A greve dos técnicos administrativos da Universidade Federal de Sergipe não tem data para acabar. Durante reunião realizada na quarta-feira (2), eles decidiram continuar com o bloqueio da entrada do Centro de Processamento de Dados da Universidade.

Na manhã desta quinta-feira (3) está marcada uma assembleia do comando de greve para avaliar a contra-proposta da reitoria, apresentada em reunião com o reitor Ângelo Antonioli.

Os técnicos paralisaram as atividades no dia 26 de março, e desde o dia 27 estão bloqueando a entrada do Centro de Processamento de Dados da Universidade.

Com isso, ficam impedidos os processamentos de matrículas e das listas de excedentes do Enem/Sisu 2014. Segundo um representante do movimento grevista, os técnicos entendem que houve avanço por parte da reitoria, mas a decisão de parar ou continuar com o bloqueio ao CPD só sai depois da reunião.

Esse bloqueio no sistema de informática impede a finalização do processo de matrícula dos estudantes, por isso, o retorno das aulas, previsto para acontecer na próxima segunda-feira (7), ainda está incerto. Os técnicos entram hoje no nono dia de greve.

Fonte: G1 - 03/04/2014

Portal Mundo Sindical

Agentes de limpeza iniciam greve por tempo indeterminado em São Luís

Agentes de limpeza pública decretaram greve geral e por tempo indeterminado, na capital maranhense. Os trabalhadores contratados pela empresa São Luís Engenharia Ambiental (SLEA) para realizar a limpeza de ruas e avenidas de São Luís reivindicam reajuste nos salários e benefícios. Os agentes realizaram um ato público, na manhã de ontem, em frente à sede da empresa, situada no Distrito Industrial – zona rural de São Luís e em respeito à lei de greve, somente 30% da categoria se mantêm trabalhando.

Segundo o presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Maranhão (Seeac-MA), Honésio Silva, a greve foi determinada pela categoria, que atualmente somam 1.800 trabalhadores em todo o estado, após rejeitar a proposta apresentada pela empresa SLEA – detentora da prestação de serviços de limpeza na capital. Ele explicou que o sindicato propôs reajuste salarial de 23%, aumento do ticket alimentação e redução da jornada de trabalho. "O salário atual dos agentes é R\$ 719,98 com o reajuste passaria para R\$ 885,57. Queremos que o ticket de R\$ 295 seja atualizado para R\$ 450; e que a jornada dos agentes lotados na coleta, que hoje é de 12h/12h, inclusive aos domingos, seja modificada para um dia trabalho seguido de um dia de folga. Porém, a empresa afirmou que dos itens citados só poderia nos dar 4% de reajuste salarial e R\$ 310 de ticket alimentação, diante da contraproposta a categoria deliberou pela greve geral", explicou.

De acordo com Honésio Silva, todos os dias são retiradas das ruas de São Luís 1.250 toneladas de lixo; e que, com a categoria em greve, 941 kg de resíduos permanecerão nas vias públicas. Ele disse que os agentes de limpeza desenvolvem um importante papel no cenário local, uma vez que a limpeza pública é um fator importante na prevenção de doenças e por isso os trabalhadores merecem respeito e condições dignas de trabalho. "A SLEA tem realizado a coleta de lixo hospitalar de forma irregular, afinal é necessário um carro específico para armazenar os resíduos, além de equipamentos de segurança e proteção adequados para os agentes. Mas infelizmente, não é isso o que tem ocorrido e já teve trabalhador que chegou a perder os movimentos dos dedos de uma das mãos após ser furado por uma agulha de seringa. O nosso movimento é pacífico ordeiro e forte, portanto, não vamos nos abater e nem desistir diante da omissão da empresa que teima em ser intransigente", afirmou.

A agente de limpeza Daiane Veras da Silva, de 20 anos, contou que já presta serviço para a SLEA há dois anos, e frisou que sempre trabalhou de forma precária por conta das más condições ofertadas. Ela explicou que a empresa não oferece transporte e a maioria dos trabalhadores, que são moradores da zona rural, precisa andar 3 km para chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

"Mas esse é só o primeiro obstáculo do dia. Depois de pegar o coletivo, a luta é para chegar ao local onde a limpeza deverá ser feita. Nossas vassouras são pesadas, não temos protetor solar e quando oferecem é de péssima qualidade, a farda além de quente é feita com material de péssima qualidade. E quando precisamos de botas ou bonés novos, temos que assinar um vale de R\$ 80 e R\$ 15, respectivamente que é descontado de nosso salário no final do mês, para receber o material", declarou.

OUTRO LADO – A empresa São Luís Engenharia Ambiental foi procurada pela equipe de reportagem do Jornal Pequeno, mas preferiu não se manifestar sobre o assunto.

Sobre a paralisação dos agentes de limpeza, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (Semosp), informou que trabalha na promoção do diálogo com a empresa terceirizada responsável pela prestação do serviço, para regularização das atividades.

Fonte: Jully Camilo/Jornal Pequeno - 03/04/2014

Portal da CUT

COPOM agrada mercado financeiro e prejudica os/as trabalhadores/as

03/04/2014

Para CUT, aumento de juros prejudica classe trabalhadora

Escrito por: CUT

O Copom, do Banco Central, aumentou nesta quarta-feira (2) a taxa básica de juros, a Selic, de 10,75% para 11% ao ano.

Para a CUT, a política de elevação das taxas de juros é totalmente equivocada. Além de prejudicar os/as trabalhadores/as e o desenvolvimento do Brasil, esses aumentos - como já está comprovado - não contribuem para controlar os índices inflacionários, como alega o Copom.

A decisão do Copom de elevar pela nova vez seguida a taxa de juros prejudica a classe trabalhadora, em especial os que ganham menos, o desenvolvimento do País, a justiça social e a distribuição de renda.

Os aumentos dos juros desestimulam os investimentos, encarecem o crédito e prejudicam a demanda interna. O resultado é a piora sobre as expectativas futuras e consequente desaceleração da atividade econômica, que pode afetar negativamente o mercado de trabalho com aumento do desemprego e queda nos salários. Além disso, os custos financeiros das empresas crescem e elas podem repassar aos preços, causando inflação.

A CUT entende que a solução para o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e distribuição de renda, é juros baixos.

Agência Brasil, 04/04/14

Comperj: trabalhadores demitidos receberão indenizações, diz sindicato

Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil Edição: Juliana Andrade

Todos os trabalhadores demitidos pela empresa Fidens Engenharia, que prestava serviço no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, receberão as indenizações a que têm direito, começando pelos que ganham os menores salários, informou o Sindicato dos Trabalhadores do Plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo e Região (Sinticom).

A decisão foi tomada hoje (3) durante reunião da qual participaram o presidente do Sinticom, Manoel Vaz, o advogado da entidade, Amaury Paciello, e representantes da Fidens Engenharia, da Petrobras e do Ministério Público do Trabalho (MPT), na sede do órgão, em Niterói.

Segundo a assessoria de imprensa do Sinticom, a expectativa é que, até a próxima segunda-feira (7), todos os demitidos tenham recebido os direitos trabalhistas a que têm direito. A Fidens empregava em torno de 1,2 mil operários e iniciou a dispensa de mais de 80% do efetivo quando decidiu suspender as atividades no Comperj.

A companhia já começou a desmobilizar os canteiros. Ela era responsável pelos lotes 456, 467 e 479 do empreendimento. O primeiro foi concluído, o segundo estava com cerca de 60% das obras prontas e o terceiro já havia sido iniciado, informou a assessoria do sindicato.

Outra reunião está programada para a próxima quarta-feira (9), para verificar se o pagamento aos operários foi feito. O Sinticom solicita ainda apoio do MPT para que os trabalhadores dispensados sejam admitidos por outras empresas que atuam no Comperj. O pleito deverá ser avaliado em novo encontro, ainda sem data marcada.

Portal da CUT

A CUT deve atuar também onde os trabalhadores (as) moram, sugere presidente da Central Única das Favelas

03/04/2014

"Não tenham medo de ações sociais e culturais nas comunidades", diz Preto Zezé

Escrito por: Isaías Dalle

Preto Zezé, ou Francisco José Pereira de Lima, presidente da CUFA (Central Única das Favelas), afirmou, durante o mais recente Encontro Nacional de Comunicação da CUT (VII ENACOM), que as pessoas tendem a não ter confiança política numa entidade se não puderem encontrar nela um espaço de convivência. E disse acreditar que a CUT não deve ter medo de que ações sociais, culturais e educacionais possam parecer assistencialistas ou a façam fugir de sua vocação.

No comando da CUFA desde 2002, a liderança acredita que o movimento sindical deve abrir espaço para que as famílias de seus representados encontrem espaço de convivência nos sindicatos. Do contrário, o distanciamento tende a aumentar.

Desde sua criação, a CUFA – cujo nome foi inspirado na própria CUT – investe em ações como torneios esportivos interfavelas, concursos culturais, seminários de prevenção ao uso de drogas nas escolas, cursos gratuitos de preparação para o Enem e até mesmo, como recentemente, em concursos de beleza. Tudo com o objetivo de empoderar os moradores de favelas, elevar sua autoestima e, a partir disso, consolidar a discussão política. "Tudo isso nos dá visibilidade. Nossa política é toda comunicacional".

Na verdade, a CUT e alguns de seus sindicatos investem em ações como essas, como o torneio de futebol promovido pela CUT-SP, sessões de cinema e outras. Porém, para Zezé, essa tem de ser uma política permanente e ampla, em nível nacional. E nas comunidades.

Acompanhe a entrevista:

A ação central da CUFA é trabalhar projetos culturais, sociais, educacionais. O movimento sindical tem certa dificuldade em lidar com essas questões, ora por temer cair no chamado assistencialismo, ora por achar que pode incorrer em tarefas típicas de Estado. O que você pensa disso?

O trabalhador brasileiro na sua maioria vive nas favelas. E ele precisa da construção de uma relação política. A relação política se constrói a partir da confiança, e a confiança, a partir do convívio. Se a minha entidade representativa está no meu convívio, as minhas relações de confiança com ela serão bem maiores. Então, hoje, não tem como o sindicato não estar preocupado com a vida do trabalhador para além do seu salário e de suas condições de trabalho. Ou então achar que fazendo as políticas gerais isso vai acabar se refletindo na vida do associado. Nada disso. Não vai. Nós estamos vendo uma desmobilização enorme das pessoas, há muitas mudanças no mundo do trabalho. As pessoas não virão até nós. Nós temos que ir até elas. Há um público muito jovem que tem outro entendimento, outra linguagem, outro gás, o que já muda nossa plataforma antiga do que era fazer movimento sindical. Então é necessário que a gente comece a entender que sindicato não é um prédio, não é uma estrutura. São pessoas. Então, é preciso que nossa luta tenha reflexos na convivência cotidiana da nossa base. Do contrário, você estará lutando e a categoria não vai reconhecer que você está fazendo essa luta. Aí vai ter um distanciamento, mesmo que a base esteja usufruindo das conquistas que o sindicato conseguiu. Ela vai achar que é um esforço dela. Se eu tenho uma representação política, eu quero que minha família faça parte, que meus filhos conheçam e convivam com essa representação. Eu quero um convívio social, cultural, com a instituição que me representa. Se a entidade não oferece esse leque de oportunidades, esse cardápio de atividades, então, não tem como, o trabalhador vai buscar isso em outros lugares.

Cite alguns exemplos desse cardápio que você acredita podem ser aplicados ao movimento sindical.

Se vocês fizessem um grande festival da cultura cutista, e abrissem várias linguagens, teatro, música, cinema, dança... Só na base de vocês já haveria um leque enorme, e aí vocês mapeiam isso, pra procurar saber quem são essas pessoas... Não dá para um movimento ser apenas uma planilha de Excel: tantos sindicatos, tantos associados, tanto do imposto sindical, recolhimento e coisa e tal. É preciso olhar pra vida das pessoas. E isso é fazer política. Não se esqueçam nunca que nosso comandante Marighella tinha debates monstruosos com o partido porque ele queria criar um bloco de carnaval. Não era à toa: ele queria ir pro convívio das pessoas. E no convívio é que a gente faz política, é no dia-a-dia do bairro, do bar, do time de futebol, da igreja. Tem de ser no cotidiano. E seduzir para uma agenda prazerosa, porque a luta já é dura, e se você só tem a dureza da luta pra oferecer para tua categoria, vai ser difícil ela se aproximar de você.

A CUFA também trabalha muito em parceria com outras entidades. Vamos fazer um exercício de imaginação: como você pensa que seria uma parceria entre CUFA e CUT?

Vou dizer uma coisa pra vocês. A central sueca tem trabalho social com imigrantes. O sindicato que atua na Volkswagen alemã sustenta times de futebol nas periferias das cidades. Então, assim, eu não vejo nenhum problema da CUT em ter um trabalho lá em Paraisópolis, onde a CUFA tem base, em Heliópolis, não vejo contradição alguma, ao contrário, seria a CUT atuando no

cotidiano no local onde seu associado e sua associada vive. A instituição tem de estar lá, meu amigo, porque lá está o bar, o narcotráfico, está tudo lá, a Coca Cola, o McDonald's. Só a CUT que não está. É fundamental estar lá na atual conjuntura, em que as pessoas estão tendo mais consumo e tendem a ficar mais em sua comunidade, em sua casa, pra se socializar de outras maneiras. Então, parceria tem de ter, inclusive pensando que isso vai renovar e oxigenar o olhar da CUT pra essa nova realidade brasileira.

Quero falar um pouco agora da Copa. Como a CUFA tem visto essa questão, se já é possível ver os possíveis legados positivos que ficarão e também as denúncias de remoção forçada de moradores.

A CUFA inclusive trabalhou recentemente em Fortaleza numa ação de mediação de remoções. A gente vem trabalhando sempre no sentido de promover o diálogo. E o que estamos vendo? Por parte dos governos, falta transparência e diálogo para esse projeto maior. A Copa não é apenas jogo. As pessoas não são contra a Copa do Mundo. Mas as pessoas querem saber antes: vou ser removido? Por quê? Para onde vou, qual a infraestrutura que vai ter lá pra mim? Tem outro jeito de fazer, vai gastar mais um dinheirinho, então gasta, já não está gastando mesmo com aumento de orçamentos nos estádios? Então, essa dificuldade de eleger o que é prioritário tem desgastado mais o governo do que ajudado. E essa maneira como está sendo feito pelos governos está desgastando e tem impedido realmente de construir e deixar um legado. Por quê? Por que as obras têm ficado paradas, algumas inclusive voltadas à mobilidade urbana. Há uma crítica enorme ao governo pela falta de diálogo. Criaram-se os comitês sem diálogo com os movimentos, sem a gente poder interferir. E agora escutar não basta mais. Tem de haver desdobramentos, tem de ter um resultado. Então, em vez de transformar o evento num bônus, evento que provocou festas por todo o País em 2007, com transparência nos contratos, nos prazos, a falta de comunicação tem produzido um desgaste monstro.

Falando em comunicação, a exibição do filme "Falcão, Meninos do Tráfico" no Fantástico, em 2006, foi a maior ação de divulgação que vocês realizaram? Ou existem outras de igual impacto?

Foi a de maior visibilidade. E não foi da CUFA apenas. Foi da TV brasileira, ao exibir um documentário inteiramente feito na favela e abordando uma pauta a partir do olhar de seus personagens. Mas o movimento da CUFA é todo comunicativo. Quando eu faço um campeonato de basquete de rua, eu estou com aquelas pessoas discutindo a ocupação do território, os problemas da cidade, trazendo jogadores de fora, trazendo pessoas de outras classes sociais, envolvendo todo mundo... E nisso a mídia vem, porque isso é uma pauta nova, uma agenda positiva. Nós sabemos que as soluções para a favela não virão apenas dela, virão do asfalto também. Por isso precisamos construir esse diálogo.

Portal da CUT

Venezuela: fascistas põem fogo no Ministério da Habitação e creche com 89 crianças
03/04/2014

Polícia de Chacao – município governado pela oposição – parou o trânsito para vândalos invadirem com pedras, paus e coquetéis molotov

Escrito por: Leonardo Wexell Severo

A sede do Ministério da Habitação da Venezuela foi invadida e incendiada na última terça-feira (2) por cerca de 30 encapuzados, durante manifestação contra o governo do presidente Nicolás Maduro. Armados com pedras, paus e coquetéis molotov, os marginais atearam fogo no edifício onde trabalham 1.200 servidores e abriga uma creche com 89 crianças de seis meses a três anos, que tiveram de ser socorridas por bombeiros do Distrito Capital e pela Guarda Nacional Bolivariana. Ações como estas ceifaram, até o momento, 39 vidas no país e levaram o governo bolivariano a alertar para a prisão dos governantes que respaldarem os criminosos em seus municípios.

"Corremos perigo e o risco de morrer carbonizados, o que demonstra o nível de loucura e de fascismo a que chegaram estes grupos", assinalou o ministro Ricardo Molina, que denunciará o ato de vandalismo ao Ministério Público. A Polícia de Chacao – município governado pela oposição, em que está localizado o ministério – em vez de impedir a ação, denunciou Molina, "deteve o tráfico e logo entraram um grupo de terroristas, atentaram contra a fachada do edifício e rebentaram os vidros". O ministro também condenou a ausência do prefeito de Chacao, Ramón Muchacho, que foi chamado em várias oportunidades para atender a emergência, porém não respondeu.

Conforme o ministro do Interior, Justiça e Paz, Miguel Rodríguez Torres, pelo menos 30 pessoas, entre elas um estrangeiro de origem libanesa, foram detidas em Chacao e no município de Baruta. Uma das manifestantes, Masiel Nataly Pacheco Miranda, portava três canos com pregos (usados como base para a fabricação de bombas caseiras), tonéis para combustível e até colete à prova de balas.

“Estes cidadãos tinham dentro do carro gases lacrimogêneos, visores noturnos, máscaras anti-gás, facas, uma arma Golck calibre 9 milímetros, entre outros apetrechos”, informou o ministro, ressaltando que o veículo possuía um compartimento para distribuir miguelitos (pequenos aparelhos metálicos para furar pneus) e tonéis de combustível, “uma modalidade terrorista que temos visto nos protestos”. “São mercenários, pagos para gerar violência e desestabilização”, acrescentou Miguel Torres, lembrando dos vínculos de muitos dos manifestantes com a OTPOR, organização financiada pelo governo dos Estados Unidos que treina jovens para que realizem “um espetáculo midiático a fim de ‘justificar’ a substituição ilegítima do governo”. Diante da gravidade das ações, assinalou o ministro, “estamos identificando os que colaboram com estas atividades nos municípios de Chacao (Miranda) e Maracaibo (Zulia); onde se reúnem para entregar o dinheiro e quem lhes entrega os pneus para queimar”.

Enquanto o governo pede paz, setores da oposição radicalizam ações que já ceifaram quase 40 vidas

Fazendo uma exortação à paz, mas sublinhando que o Estado agirá de forma firme para preservar a vida e a soberania do país, o presidente venezuelano reiterou que é inadmissível a continuidade das ações criminosas. Maduro lembrou a covardia dos que “atacaram fisicamente e danificaram a clínicas públicas de saúde, queimaram uma universidade pública no estado Táchira e lançaram coquetéis molotov e pedras em ônibus do transporte público com passageiros a bordo”. “Também atacaram as instituições públicas, atirando pedras e tochas nos escritórios do Tribunal Superior de Justiça, na empresa pública de telefonia CANTV e no escritório da Promotoria Geral”, condenou Maduro, lembrando que além da morte de dezenas de inocentes, “estas ações violentas causaram perdas de bilhões de dólares”.

Para o economista Pedro da Silva Barros, titular da missão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na Venezuela, as lideranças da oposição mais agressiva a Maduro “não acreditam em um golpe tradicional no curto prazo”. “Apostam no desgaste constante ao qual episódios esporádicos de violência, com períodos de desestabilização pontuais, são fundamentais para a grande exposição midiática dentro e fora do país”, ressaltou Pedro, apontando o investimento destes setores em um “quadro de instabilidade sem colapso”. “É lamentável que para a manutenção da instabilidade há que se ter espaço para o radicalismo que se converteu em quase 40 mortes nos últimos 50 dias. É lamentável que destruam universidades e postos de saúde, que ateiem fogo em sedes de ministérios, que coloquem em risco parte dos grandes avanços sociais que a Venezuela alcançou nos últimos anos”, condenou.

Segundo as Nações Unidas, a Venezuela transformou-se de um dos países mais desiguais da América Latina em 1998, período anterior ao governo bolivariano de Hugo Chávez, para converter-se no menos desigual, com a pobreza extrema reduzida de 21,5% para 6,5%.

Portal Gestão Sindical

E se os bancos entrarem em extinção?

03/04/2014 por Outras Palavras

Por Kavin Maney* | Tradução: Antonio Martins

A atividade bancária, na forma em que a conhecemos, está começando a parecer mais ultrapassada que uma impressora matricial.

Na China, os consumidores estão depositando suas poupanças em empresas de Internet, ao invés de bancos. Nas Filipinas, uma classe média emergente paga suas despesas utilizando-se de uma nova cepa de financiadores, baseados em redes sociais. Nos Estados Unidos, um terço dos integrantes da geração nascida a partir de 1980 dizem que esperam usar serviços financeiros baseados em tecnologia, ao invés de bancos. Ao mesmo tempo, 71% afirmam que “prefeririam ir ao dentista, ao que os bancos dizem”.

Greg McBride, analista sênior no Bankrate.com, teria dito, recentemente: “Podem me chamar de ultrapassado, mas para construir riquezas, poupar e investir, você precisará ser parte do sistema financeiro tradicional”. À luz dos fatos mais recentes, esta sentença soa como a de um pai dizendo aos filhos para evitar sexo antes do casamento.

Os bancos são, em essência, dados – montanhas de dados financeiros. Eles trabalharam intensamente, nas últimas décadas, para esvaziar suas próprias agências, por meio da tecnologia. Por isso, para muitos de seus clientes, eles não são mais uma entidade física. O dinheiro converteu-se em códigos trafegando em redes. A principal vantagem comparativa dos bancos são, hoje, as regulações que mantêm eventuais concorrentes afastados.

Mas mesmo estas regras não poderão proteger os banqueiros por muito tempo. O velho conceito de atividade bancária está sendo atacado por todos os lados, por instituições de novo tipo, que são mais hábeis no manejo de dados e os utilizam de forma mais imaginativa. Há anos, os

bancos têm sido vistos, em teoria, como organizações prestes a ser superadas. Mas agora, parece claro como isso pode acontecer.

A superação pode ser disparada pela evolução tecnológica. Fenômenos assim ocorrem, às vezes, na forma de um colapso catastrófico provocado pela internet – como se deu com os CDs, após o advento da música digital. Mas os bancos podem viver uma experiência diferente – semelhante à lenta corrosão de uma casa infestada por cupins, que em certo ponto atingem, simultaneamente, diversas vigas de sustentação.

Um destes cupins pode ser o Lenddo. É uma empresa norte-americana que opera na Ásia, utilizando dados, para a atividade bancária, de uma forma que os bancos nunca considerariam. O insight da Lenddo é: os dados sobre quem você conhece, nas redes sociais, e sobre o que estas pessoas dizem de você, são mais precisos que a pontuação estabelecida pelos bancos para calcular se você pagará um empréstimo ou não.

“Por séculos, os empréstimos foram baseados em reputação”, diz Jeff Steward, o executivo-chefe da Lenddo. “As redes sociais permitem retornar a este princípio, agora em escala global”. Por enquanto, a Lenddo opera apenas nas Filipinas, México e Colômbia. Nestes países, surgiu uma classe média emergente que, no entanto, não tem acesso a empréstimos bancários. A Lenddo está oferecendo tais financiamentos com base em reputação social, desviando dos bancos uma geração de clientes.

A Lenddo não empresta nos EUA devido às regulações que favorecem o sistema bancário. “Atuamos nas Filipinas e fazemos empréstimos gastando menos do que custaria obter uma cotação de crédito no estado de Nova York”, diz Steward. Mas num mundo hiperconectado, as finanças são globais. Se a Lenddo e iniciativas similares forem bem-sucedidas no mundo em desenvolvimento, isso não repercutirá nos próprios EUA e Europa, por exemplo?

Na China, empresas tecnológicas estão estabelecendo outro precedente. Há menos de um ano, a Alibaba, [maior empresa de comércio eletrônico do mundo], que tem centenas de milhões de usuários, começou a captar suas poupanças, oferecendo taxas de juros mais altas que as dos bancos chineses. Até fevereiro, 81 milhões de pessoas haviam aderido. Há pouco, o Baidu [um similar do Google, chinês], solicitou do governo licença para praticar atividades bancárias.

Por que uma empresa de internet entraria na atividade bancária? A resposta são dados! Nos bastidores, os executivos do Google e Facebook certamente estão observando Alibaba e Baidu, e sonhando em seguir seus exemplos. Nos EUA, apesar das regulações em favor dos bancos, estes estão sendo obrigados a enfrentar novas iniciativas, que os fustigam nas margens. Seis anos após a crise das hipotecas subprime, os grandes bancos ainda temem emprestar para pequenas empresas, o que cria um enorme contingente de sem-crédito. Isso abriu brecha para um novo tipo de prestador, como o Dealstruck. Ele usa a internet para conectar gente com poupança disponível a donos de pequenos negócios que precisam de dinheiro. Estes prestadores alternativos, baseados em tecnologia, estão crescendo muito rapidamente.

Há também as moedas virtuais. Ou o Bitcoin, ou outro sistema de transações digitais, irá explodir, em poucos anos. Exercerá, sobre as bandeiras de cartão de crédito, a mesma pressão que o Skype exerceu entre as empresas de telefonia de longa distância. Ao criar um modo mais simples e mais barato de pagamento, as transações digitais atrairão usuários dos cartões bancários e corroerão rendas vitais para o sistema.

À medida em que novas iniciativas oferecerem maneiras inovadoras de lidar com dinheiro, os bancos não poderão ser resgatados por suas relações com o público. A maior parte das pessoas não conhece melhor os caixas ou gerentes de banco do que conhece os operadores de pedágio. Ao operarem online, os bancos oferecem produtos não-diferenciados, cobram juros, impõem tarifas e fazem o favor de não deixar que nosso dinheiro seja roubado ou perdido.

A nova geração não despejará uma lágrima pelos bancos. Uma pesquisa de três anos, da Scratch – a mesma que comparou ir ao dentista com ouvir as instituições financeiras – concluiu que os nascidos entre 1981 e 2000 provocarão mudanças “sísmicas” na atividade bancária.

Mesmo a consultoria Accenture afirma que o futuro não parece luminoso para os bancos: “35% do mercado bancário nos EUA poderia ser abocanhado por outras iniciativas até 2020”, diz um relatório da empresa. Segundo ele, 15% do faturamento dos bancos tradicionais poderia migrar para empreendimentos baseados em tecnologia. Os grandes bancos, com todos os seus custos operacionais, pode não suportar os efeitos. Grandes estruturas precisam perder apenas uma ou duas vigas, antes de tremer e entrar em colapso.

** Kevin Maney é jornalista e escritor norte-americano. Colabora com publicações como The Atlantic, Newsweek, Fortune e ABC News*